

os direitos humanos e a extensão nos cursos de direito: experiência do núcleo de direitos humanos da ufop

gerlis prata surlo¹
júlio aguiar oliveira²

Foto: Arquivo Pessoal



GERLIS PRATA SURLO

Foto: Arquivo Pessoal



JÚLIO AGUIAR OLIVEIRA

RESUMO

O modelo tradicional de extensão dos cursos de Direito, representado pelos núcleos de prática jurídica, encontra-se em crise. Isso porque, nesse modelo, os alunos desenvolvem atividades mecânicas que impedem as discussões em conjunto, a crítica e a busca de soluções criativas. Esse tipo de atividade extensionista harmoniza-se com um projeto de formação acadêmica orientada por uma perspectiva positivista de compreensão e realização do Direito, que reduz o Direito à lei e o afasta da realidade. Diante desse cenário, busca-se, aqui, apresentar a experiência do programa de extensão do Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal de Ouro Preto- NDH- UFOP, exemplo de atividade acadêmica voltada para uma verdadeira formação do estudante de Direito. Uma formação que pressupõe, necessariamente, o desenvolvimento de habilidades que possibilitem uma interpretação do Direito, comprometida com a complexidade do real.

ABSTRACT

The traditional model of law university community extension, represented by legal practice units, is in crisis. In that model, students develop mechanical activities that prevent discussions, criticism and the search for creative solutions. This type of extension is in conformity with a positivist academic prospect guided by an understanding of the Law, which reduces it to the text of the law and separates it from the reality. In this scenario, this article aims to present the experience of the program NDH-UFOP (Núcleo de Direitos Humanos da UFOP), example of academic activity focused on a true academic formation of the student of Law. This kind of Law School education aims, necessarily, developing skills that allow an interpretation of the Law committed to the complexity of the real

PALAVRAS-CHAVE:

ensino jurídico; extensão universitária; direitos humanos; comunidades locais

KEYWORDS:

legal education; university community extension; Human Rights; Local communities.

1 Graduando em Direito pela UFOP. Coordenador-Adjunto do Núcleo de Direitos Humanos da UFOP. Monitor de Teoria da Constituição e Ciência Política na UFOP.

2 Doutor em Direito pela UFMG. Professor da UFOP. Professor da PUC/MG. Coordenador-Geral do Núcleo de Direitos Humanos da UFOP.

INTRODUÇÃO

As atividades de extensão dos cursos de Direito são, tradicionalmente, desenvolvidas dentro dos núcleos de prática jurídica. Esse modelo bem sucedido de extensão nos cursos de Direito passa, no entanto, por uma crise. Isto porque, ao assumirem a responsabilidade da prestação gratuita de assistência jurídica, os núcleos de prática se veem tentados a, conseqüentemente, assumirem a lógica de funcionamento de escritórios de advocacia ou de defensorias públicas, esquecendo-se, muitas vezes em nome da quantidade de trabalho, das suas especificidades enquanto atividade extensionista, vinculada ao projeto de formação de profissionais da área do Direito. Dessa forma, não é incomum encontrarmos, em núcleos de prática jurídica, alunos desenvolvendo atividades próprias da advocacia com pouca ou nenhuma orientação, alunos “aprendendo” a redigir petições com base em modelos pré-fabricados, alunos com quantidades excessivas de processos sob suas responsabilidades e ambientes nos quais a carga de trabalho e a rotina burocratizada impedem as discussões em conjunto, a crítica e a busca de soluções criativas.

Por outro lado, ainda que atentos contra o perigo de se transformarem em simples prestadores de assistência jurídica gratuita, os núcleos de prática jurídica não devem ser vistos como a única alternativa de prática extensionista dos cursos de Direito. Há outras possibilidades de projetos ou programas de extensão que podem e devem ser realizadas. Possibilidades que são tão mais necessárias quanto mais se posicionem na contramão da tendência atual de transformação dos cursos de Direito em cursos preparatórios para cursinhos preparatórios para concursos. Reduzir a formação em Direito a uma maratona de memorização de leis e manuais é uma das mais irresponsáveis conseqüências da proliferação de cursos de Direito orientados por uma lógica de mercado que, por sua vez, encontra respaldo nos já desgastados métodos de seleção utilizados nos concursos públicos das carreiras jurídicas. A lógica é simples: se o que os concursos para as carreiras jurídicas exigem é, essencialmente, capacidade de memorização de textos normativos e “doutrinas”, por que se preocupar com extensão ou com pesquisa? No entanto, são perversas as conseqüências dessa lógica, principalmente na medida em que, num sentido geral, contribuem para a conservação de uma perspectiva positivista de compreensão e realização do Direito, que afasta o Direito da complexidade do real e impede a percepção da centralidade da interpretação na própria positividade da norma.³

Neste artigo, nosso principal objetivo é a apresentação da experiência do Núcleo de Direitos Humanos da UFOP, programa de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto - NDH-UFOP. Esse objetivo se justifica porque consideramos ser este Núcleo um exemplo de atividade acadêmica voltada para uma verdadeira

formação do estudante de Direito. Uma formação que se orienta pela tese de que aprender a encontrar o Direito na lei não pressupõe apenas o conhecimento da lei, mas pressupõe o desenvolvimento das habilidades de interpretação da realidade a partir do texto da lei como também pressupõe o desenvolvimento das habilidades de interpretação da lei a partir da realidade (Cf. GRAU, 2005).

Para a apresentação da experiência do NDH-UFOP, seguiremos o seguinte roteiro: 1) a história da criação do NDH-UFOP; 2) as ações e os projetos desenvolvidos pelo NDH-UFOP, desde a sua criação até o momento atual; 3) os eventos realizados pelo NDH-UFOP; 4) síntese dos desafios enfrentados; e 5) conclusão. ■

1. A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO NDH-UFOP

O Núcleo de Direitos Humanos da UFOP é um programa de extensão, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão - PROEx da Universidade Federal de Ouro Preto. Sua criação foi motivada pela experiência do Projeto Reconhecer, desenvolvido no Departamento de Direito da UFOP, em virtude da iniciativa do programa Reconhecer, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.⁴ O Projeto Reconhecer da UFOP⁵ foi realizado em 2006 e teve como objetivo principal a identificação de necessidades e produção de demandas da população carcerária da cadeia de Ouro Preto e de cidades vizinhas. O projeto se concretizou nas seguintes ações: a) investigação das condições do cumprimento da pena em Ouro Preto e em municípios próximos, por meio do levantamento de dados, visita às cadeias públicas e entrevista com promotores e juízes ligados à Execução Penal; b) investigação do Método Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC, reconhecido pelo Projeto como a melhor alternativa para o cumprimento da pena; c) organização do Seminário de Encerramento do Projeto Reconhecer, com a presença de professores, juízes, promotores, “recuperandos”⁶ do método APAC e demais envolvidos nas atividades do Projeto.

Esse envolvimento com a realidade da execução penal em Ouro Preto e em cidades próximas motivou a equipe do Projeto Reconhecer a dar continuidade e a ampliar as ações extensionistas voltadas para os direitos humanos. A partir desse impulso, surgiu a proposta de

3 Ver também GROSSI, Paolo, *Mitologias Jurídicas da modernidade* 2005.

4 A apresentação do Plano de Trabalho do Projeto Reconhecer, MEC destaca: “A cultura jurídica difundida nas Faculdades de Direito do Brasil tem dado pouca atenção às demandas sociais e coletivas. Necessária faz-se a promoção de uma nova cultura nas Faculdades de Direito que venha a estabelecer um caminho para a formação cidadã dos estudantes, orientada pelos Direitos Humanos. E, nesse sentido, possibilitar que os cursos de direito reflitam sobre a sua estrutura e venham a contemplar espaços de formação que se dediquem às necessidades dos grupos mais vulneráveis poderá ser uma importante contribuição para a gestação de uma cultura jurídica mais comprometida com os desejos da comunidade, na perspectiva de emancipação social”. (RECONHECER, 2006). Mais detalhes, a esse respeito, junto ao portal do Ministério da Educação – Secretaria de Educação Superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=675&Itemid=303#Objetivos>>.

5 Para maiores informações sobre o Projeto Reconhecer da UFOP, ver: <<http://www.ufop.br/reconhecer/>>

6 Nas unidades das APACs, os presos são denominados “recuperandos”.

criação de um Núcleo de Direitos Humanos, capaz de propor, organizar e realizar ações diversificadas, relacionadas não apenas à execução penal, mas aos direitos humanos em geral. Nesse sentido é que foi criado o projeto de extensão NDH-UFOP, em 2007. Apesar de se apresentar como um projeto de extensão, o NDH-UFOP, mesmo em sua primeira versão, já possuía características próprias de um programa de extensão, devido à distribuição das atividades em várias ações extensionistas distintas.

Desde o início, o NDH daquela universidade tem se orientado, na elaboração e na realização de suas ações e projetos, por um compromisso com o diálogo com as comunidades envolvidas. Essa interação com as comunidades locais somente pôde se concretizar devido à parceria estabelecida, logo de início, com a Paróquia de Cristo Rei, no bairro Bauxita, em Ouro Preto. Em virtude dessa parceria, tem sido possível identificar as demandas específicas das comunidades locais. Além disso, a parceria permite que as ações e projetos venham sendo concebidos e desenvolvidos com a efetiva participação das pessoas que vivem na região. Um símbolo da parceria é a disponibilização de uma sala para as atividades do NDH-UFOP no Centro de Pastoral da Paróquia de Cristo Rei, o que facilita e incentiva o contato da população local com o NDH-UFOP.

“reduzir a formação em direito a uma maratona de memorização de leis e manuais é uma das mais irresponsáveis consequências da proliferação de cursos de direito orientados por uma lógica de mercado que, por sua vez, encontra respaldo nos já desgastados métodos de seleção utilizados nos concursos públicos das carreiras jurídicas.”

A metodologia básica adotada pelo Núcleo de Direitos Humanos da UFOP é a pesquisa-ação que consiste, segundo Michel Thiollent (2005), em um método de pesquisa alternativo. Um método que pressupõe uma efetiva interação entre os pesquisadores e as pessoas dos grupos sociais pesquisados e que torna possível a busca, em conjunto, de soluções realistas para os problemas encontrados.

Em 2008, o Núcleo de Direitos Humanos, até então um projeto de extensão, transformou-se em programa de extensão, composto por cinco projetos. Nessa nova fase, o NDH tem consolidado suas parceiras e a sua atuação na comunidade de Ouro Preto, tendo sido capaz de identificar, com maior precisão, as ações e projetos mais coerentes com a realidade e o espaço no qual atua e, também, com as suas próprias vocações e limitações.

No item seguinte, apresentaremos a experiência das ações e projetos desenvolvidos pelo NDH-UFOP. A fim de evitar repetições, dividiremos o próximo item em três partes. Na primeira, apresentaremos aquelas ações que foram desenvolvidas exclusivamente no contexto do Núcleo, enquanto projeto de extensão, isto é, ações extensionistas que não se transformaram em projetos do NDH-UFOP, quando este se transformou em programa de extensão. Na segunda parte, serão as ações que foram desenvolvidas no contexto do Núcleo, enquanto projeto de extensão, mas que se transformaram em projetos de extensão do NDH-UFOP, quando este se transformou em programa de extensão. Na terceira parte, apresentaremos os novos projetos, isto é, aqueles que já nasceram no contexto do Núcleo, enquanto programa de extensão.

2. AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO NDH-UFOP

2.1. Ações desenvolvidas pelo NDH-UFOP, enquanto projeto de extensão

2.1.1. O questionário

Como um projeto de extensão, a primeira ação do Núcleo de Direitos Humanos da UFOP, em parceria com a Paróquia de Cristo Rei, deveria ter sido a aplicação de um questionário para a investigação das demandas sociais da população residente nas comunidades circunscritas à Paróquia de Cristo Rei. Porém, conversas com lideranças comunitárias da Paróquia e o envolvimento direto do NDH-UFOP com as pessoas da comunidade demonstraram que a aplicação de um questionário não seria a melhor forma de se obter um diagnóstico das demandas sociais. Ficou evidente a aversão da maioria das pessoas a esse tipo de abordagem, o que é plenamente justificado.

Os moradores locais já são frequentemente abordados, geralmente por estudantes da UFOP, para responderem a vários questionários, nos quais, na maioria

das vezes, não conseguem identificar a realidade na qual vivem. Para piorar, a simples cooperação na resposta a questionários não vem acompanhada de uma perspectiva de enfrentamento dos problemas apontados. Isto se deve ao predomínio do método de pesquisa tradicional no qual os envolvidos na situação investigada são apenas objetos da pesquisa, não havendo uma interação maior entre estes e o pesquisador do que aquela gerada por um sistema de perguntas e respostas pré-definidas em um questionário.

A aplicação de questionários se mostrou, portanto, incompatível com a metodologia do NDH-UFOP e a ação, por isso, não foi realizada até o fim. No entanto, as várias reuniões com representantes da comunidade local para a elaboração do questionário e as discussões ocorridas durante essas reuniões foram significativas para o amadurecimento do NDH-UFOP. Ficou claro, durante essas reuniões e no decorrer das demais ações do projeto e isto tem se confirmado ao longo de toda a existência do NDH-UFOP, que conversas com pessoas representativas dentro de uma determinada comunidade revelam as demandas sociais com muito mais veracidade e de forma mais adequada aos objetivos de um núcleo de extensão do que aplicações de questionários.

2.1.2. Apoio à constituição da cooperativa de mineração de mineradores da Fazenda do Taquaral

A demanda pelo apoio à constituição da cooperativa de mineração partiu dos mineradores da Fazenda do Taquaral, em Ouro Preto, por intermédio da Agenda 21 local. A ação buscava a organização dos mineradores, por meio de uma cooperativa de mineração, direcionada para a regularização das atividades extrativistas de maneira jurídica, econômica e ambientalmente sustentável.

A ação extensionista fazia parte de um projeto da Agenda 21, que buscava promover a conscientização dos mineradores para a questão ambiental, ao mesmo tempo em que buscava auxiliar-lhes a se organizarem em uma cooperativa, visando à obtenção do direito de lavra dos recursos minerais e à resolução dos conflitos decorrentes da extração irregular naquelas localidades.

Foram realizadas reuniões com os mineradores e com a equipe da Agenda 21, tendo sido alcançado o ponto de discussão do estatuto da cooperativa. A partir daí, a ação prosseguiu, sob a coordenação da Agenda 21, sem mais o envolvimento do NDH-UFOP, uma vez que a complexidade dos desafios a serem enfrentados passava a demandar o trabalho de uma equipe qualificada pela experiência na superação dos obstáculos específicos de constituição de uma cooperativa mineradora.

2.1.3. Apoio à constituição da Pastoral Carcerária

A demanda pela constituição da Pastoral Carcerária de Ouro Preto partiu do Conselho Pastoral da Paróquia de Cristo Rei, diante da necessidade do acompanhamento da execução da pena privativa de liberdade na cadeia pública da cidade. A atuação específica do NDH-UFOP desenvolveu-se no âmbito do assessoramento jurídico necessário à constituição da Pastoral Carcerária de Ouro Preto e à elaboração do manual da Pastoral Carcerária citada.

Apesar do empenho do Conselho Pastoral e do apoio disponibilizado pela equipe do NDH-UFOP, a constituição da Pastoral Carcerária ainda não foi realizada, em virtude de uma série de fatores, entre eles: a dificuldade de acesso à cadeia, experiências passadas mal sucedidas de atuação da Pastoral Carcerária e mobilização social insuficiente.

2.2. Ações desenvolvidas pelo NDH-UFOP (Projeto de Extensão) e que se transformaram em projetos do NDH-UFOP - Programa de Extensão

2.2.1. Curso “Educação para consumo consciente e direito do consumidor”

A proposta do curso “Educação para o consumo consciente e direito do consumidor” surgiu de uma demanda da comunidade do bairro Bauxita, realizada por meio da Paróquia de Cristo Rei. O curso surgiu como uma resposta aos altos índices de endividamento na região e ao grande número de reclamações recebidas pelo PROCON de Ouro Preto. O objetivo era refletir sobre as relações de consumo, sobre o problema do consumismo, bem como buscar conscientizar os participantes de seus direitos como consumidores. Desse modo, o curso pretendia incentivar os participantes a desenvolverem uma postura mais crítica e participativa em suas relações de consumo.

O curso, elaborado em parceria com a Paróquia de Cristo Rei e com o Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor – PROCON, de Ouro Preto, realizou-se em outubro de 2007, no salão paroquial. O público foi composto, em sua maioria, de moradores da Comunidade da Paróquia, incluindo várias lideranças comunitárias. Foram seis encontros, nos quais os participantes puderam fazer intervenções e perguntas durante a exposição do conteúdo, propiciando uma constante troca de conhecimento entre os participantes. Em todos os encontros, houve atividades em grupo, que também contribuíram para essa troca, criando oportunidades para que os participantes expusessem suas expectativas e experiências sobre os assuntos discutidos.

No último dia do curso, houve uma palestra do então coordenador do PROCON, Marco Aurélio Gomes, sobre a atuação do órgão e os principais motivos de

reclamações encaminhadas a ele. No mesmo dia, foi aplicado um questionário de avaliação do curso, no qual os participantes puderam avaliar todos os aspectos dos encontros, além de poderem dar sugestões. Uma dessas sugestões foi a da elaboração de um curso sobre os direitos do idoso ⁷. Houve, ainda, entrega de certificados e, para o encerramento, uma confraternização entre todos os envolvidos.

“

é urgente a superação do modelo consumista da sociedade, que causa uma inversão de valores nas relações sociais, constituindo-se na raiz de muitos problemas vivenciados em todas as classes econômicas da sociedade. ”

O curso “Educação para o consumo consciente e direito do consumidor”, em sua segunda edição, pretende aprimorar a metodologia utilizada na primeira edição, empregando mais métodos de interação com os participantes. Nesse sentido, os encontros serão elaborados a partir de reportagens, para que haja uma maior identificação do público com o assunto abordado.

Nessa nova versão, haverá uma ênfase maior na conscientização sobre os riscos do consumismo, pois se entende que é urgente a superação do modelo consumista da sociedade, que causa uma inversão de valores nas relações sociais, constituindo-se na raiz de muitos problemas vivenciados em todas as classes econômicas da sociedade. Portanto, o curso objetiva provocar discussões que possibilitem uma reflexão sobre o verdadeiro papel do consumo na vida das pessoas, informando sobre as consequências danosas do consumismo, não apenas para o consumidor, mas também para toda a sociedade.

2.2.2. Parceria com o Cursinho Pré-Universitário e Pré-Técnico Humanista

Nesta ação, foi realizada uma articulação entre dois projetos de extensão, o NDH-UFOP e o Pré-Universitário e Pré-Técnico Humanista. O projeto de extensão Pré-Universitário e Pré-Técnico Humanista objetiva a preparação dos alunos das comunidades pobres de Ouro Preto, especialmente os do distrito de Antônio Pereira e dos bairros da Barra e da Bauxita, para o vestibular da UFOP e para os exames de seleção do CEFET-Ouro Preto. Nesse contexto, a ação do NDH-UFOP teve como objetivo específico o fornecimento de professores e monitores das disciplinas de História, Geral e do Brasil, e Geopolítica.

Em 2008, essa ação transforma-se em projeto. O projeto “Parceria com o Cursinho Pré-Universitário e Pré-Técnico Humanista” é a continuidade da ação extensionista, em parceria com o Cursinho Humanista, implementada em 2007. Esta nova fase caracteriza-se pelo amadurecimento da parceria, por meio da continuidade do provimento de professores e de monitores, somada, agora, à responsabilidade pela elaboração do material didático de História e Geopolítica. Como forma de enriquecer o aprendizado das disciplinas, o NDH-UFOP trabalha no sentido de inserir conteúdos relacionados aos Direitos Humanos no material didático de História e Geopolítica.

2.2.3. Construção e atualização do site do NDH-UFOP

A proposta da construção de um site surgiu da necessidade de divulgação das atividades do NDH-UFOP para a comunidade, bem como da necessidade de criação de um espaço virtual de intercâmbio de experiências e informações sobre Direitos Humanos entre Universidades, ONGs e órgãos governamentais. Nesse sentido, o site do NDH-UFOP⁸ foi construído em julho de 2007, dentro do domínio da Universidade Federal de Ouro Preto. Nele, têm sido disponibilizadas informações sobre o projeto, as ações extensionistas, a equipe, os eventos, bem como textos escritos pelos membros do NDH-UFOP.

Como prova da efetiva inserção do site do NDH-UFOP na rede virtual de troca de experiências em Direitos Humanos, a DHNet – Rede Direitos Humanos e Cultura⁹ concedeu ao site o reconhecimento com o selo Direitos Nota 10. O selo é concedido a páginas na internet que contribuem, por sua qualidade e conteúdo, para a discussão e valorização de temas relacionados a Direitos Humanos. A rede DHNet é reconhecida, por órgãos como a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, como o portal que possui o maior acervo de dados no campo dos Direitos Humanos em língua portuguesa.

7 Ver item: 2.3.1 Curso “Direitos do idoso”.

8 Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>>

9 Disponível em: <<http://www.ufop.br/ndh>>

A ação de construção do *site* do NDH-UFOP se transformou, no contexto da transformação do NDH-UFOP em programa de extensão, no projeto de atualização do site do NDH-UFOP. Esse projeto objetiva o desenvolvimento da capacidade de atualização constante da página na internet do NDH-UFOP. O que se pretende, afinal, é transformar a página na internet em uma plataforma eficiente para a divulgação das atividades do NDH-UFOP e para a troca de experiências entre o NDH-UFOP e outras organizações voltadas para a promoção dos direitos humanos.

2.3. Os novos projetos desenvolvidos pelo programa de extensão NDH-UFOP

O programa de extensão NDH-UFOP, formalizado em 2008, representa o crescimento e o amadurecimento do NDH-UFOP, criado como um projeto de extensão em 2007. A partir dessa primeira experiência, foi possível consolidar, ampliar e aprimorar as ações do NDH-UFOP, que o levaram, da categoria de projeto, à categoria de programa de extensão. O programa é atualmente composto por cinco projetos.

2.3.1. Curso “Direitos do idoso”

A proposta de um curso sobre os direitos do idoso surgiu como uma demanda dos participantes do curso “Educação para o consumo consciente e direito do consumidor”, o que aponta para o reconhecimento da Educação em Direitos Humanos como uma das principais vocações do NDH-UFOP.

O projeto justifica-se pela necessidade de criação de condições para que o idoso exerça seus direitos como cidadão, promovendo ações que busquem a sua emancipação e a elevação de sua autoestima. O projeto objetiva, por meio da educação em Direitos Humanos, criar uma consciência de que a velhice é, antes de tudo, uma continuidade da vida adulta, que exige direitos sociais específicos, mas demanda, principalmente, a manutenção dos direitos próprios dos cidadãos adultos.

Dessa forma, o curso pretende contribuir para a conscientização da população local sobre os direitos do idoso, possibilitando um debate em torno do reconhecimento e valorização do seu papel social. Além disso, procura construir uma visão crítica em relação aos problemas enfrentados pelos idosos, possibilitando uma interferência eficaz dos idosos em suas comunidades a fim de buscarem meios de melhorar suas condições de vida.

Em relação ao aspecto metodológico, o curso pretende incorporar à pesquisa-ação o método Paulo Freire (1983). Dessa forma, o objetivo é privilegiar a dialogicidade e o respeito ao educando. Além disso, a equipe do NDH-UFOP, na organização e elaboração do curso, busca na realidade específica de Ouro Preto, trabalhando junto às associações locais relacionadas ao idoso, os temas a

serem abordados nos encontros, de forma a criar uma identificação maior dos participantes com o assunto.

2.3.2. Articulação com as esferas de cidadania

A extensão, como prática acadêmica que visa à transformação social por meio da emancipação das pessoas e coletividades atingidas, exige que suas ações se desenvolvam em conformidade com as verdadeiras demandas dessas comunidades. Para isto, é necessário que todos os envolvidos participem, efetivamente, da construção das ações, desde a sua concepção até às fases finais de execução.

A articulação com as esferas de cidadania é um projeto do NDH-UFOP que busca detectar, constantemente, as demandas das comunidades, mediante o diálogo permanente com as organizações aglutinadoras de forças comunitárias, como associações, comitês, conselhos de direitos, fóruns, conselhos de políticas públicas, instituições de ensino, dentre outras. A partir daí, pretende-se realizar ações concretas direcionadas à resolução e/ou mitigação dos problemas encontrados. Este é, portanto, um projeto que tem a responsabilidade de atuar como uma ferramenta de investigação e incentivo de novas propostas de projetos.

3. EVENTOS: PALESTRAS E SEMINÁRIOS

Os eventos sempre tiveram importância no desenvolvimento do NDH-UFOP, tanto na medida em que possibilitam a criação de um espaço amplo de discussão em torno de temas relacionados aos direitos humanos, como também na medida em que ajudam no desenvolvimento da capacidade de organização e de trabalho em conjunto dos integrantes do NDH-UFOP.

O NDH-UFOP, em junho de 2007, organizou uma palestra com o Prof. Jean-Christophe Merle, da Universidade de Saarbrücken - Alemanha, sobre o tema: “Kant’s theory of criminal justice: a moral justification?” - Teoria da Justiça Criminal em Kant: uma justificação moral? O evento contou, ainda, com a participação, como debatedores, do Prof. Alexandre Travessoni Gomes e do Prof. Júlio Aguiar de Oliveira.

Em julho de 2007, foi realizado o I Seminário Interno do NDH-UFOP, no Centro de Pastoral da Paróquia de Cristo Rei. No evento, destinado aos membros do NDH-UFOP, as professoras Miracy Barbosa Gustin e Sielen Caldas, respectivamente Coordenadora e Sub-Coordenadora do Programa Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG, relataram as experiências do Programa Pólos de Cidadania, que é referência em extensão no Brasil. A palestra teve uma enorme importância para a construção das estratégias e consolidação das diretrizes metodológicas do NDH-UFOP.

Além desses eventos, o NDH-UFOP organizou, em parceria com o Departamento de Filosofia da UFOP, o I Seminário Internacional de Ética e Direitos Humanos, ocorrido em novembro de 2007, no auditório do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. O evento teve como palestrantes professores de instituições brasileiras e estrangeiras, convocados ao exercício da reflexão e do debate sobre questões ligadas à ética e aos direitos humanos. Além das palestras e das discussões, foram apresentadas comunicações de pesquisadores de diversas partes do país.

4. OS DESAFIOS ENCONTRADOS

A partir da experiência do NDH-UFOP, foi possível constatar que os maiores desafios são decorrentes da própria natureza da atividade de extensão, pois esta possui, essencialmente, uma enorme carga de incerteza e de imprevisibilidade. Na extensão, a atividade se desenvolve em contato direto com a realidade que, a todo o momento, revela sua complexidade. Ao exigir que os alunos pesquisadores-extensionistas saiam do ambiente estritamente acadêmico, eles são levados a perceber que as ações extensionistas não se atêm aos limites do planejado, exigindo atenção especial e capacidade de adaptação para a realização dos objetivos dos projetos. Mas, é justamente isso que dá sentido à extensão, enquanto “oportunidade do saber científico desenvolver-se com abertura para a sabedoria criada e posta em prática na dinâmica social” (COSTA, 2007, p.11) e a transforma em uma dimensão especialmente relevante no contexto da formação em Direito. A vivência intensa da realidade social e a convivência com as pessoas, promovidas pela extensão, permitem que os pesquisadores adquiram a sensibilidade e a acuidade de juízo indispensáveis para o bom exercício das atividades próprias das profissões jurídicas.

Outro grande desafio, constante em todas as atividades do NDH-UFOP, é o comprometimento com a efetiva participação das comunidades envolvidas. De fato, seria mais simples se as ações fossem elaboradas dentro da Universidade, pelos pesquisadores, e simplesmente oferecidas, prontas, à população local. Porém, a riqueza da atividade extensionista está precisamente na necessidade constante de ouvir as pessoas e extrair daí as possibilidades de ação. Esta foi, desde o início, uma importante diretriz do NDH-UFOP. Somente por meio da interação constante entre pesquisadores extensionistas e moradores locais torna-se possível a elaboração de ações verdadeiramente emancipatórias. Um pressuposto fundamental de qualquer atividade extensionista é a identificação da comunidade investigada com as ações realizadas. É preciso, antes de tudo, que a comunidade queira determinadas iniciativas. Dessa forma, as pessoas reconhecem na atividade extensionista uma possibilidade de desenvolverem suas capacidades.

Por fim, resta dizer que a própria estruturação do NDH-UFOP se revelou desafiadora. A consolidação da equipe do projeto e, posteriormente, do programa, exigiu de todos os participantes o desenvolvimento das habilidades de ouvir uns aos outros e de trabalharem em conjunto. Com o estabelecimento das parcerias, essas dificuldades aumentam. A partir das experiências do NDH-UFOP, a equipe percebeu que, no caso das parcerias, é indispensável definir, com precisão, os limites e papéis de cada parte, desde o momento em que se convencionou a parceria. Se não existe uma definição precisa das funções de cada um dos parceiros, são grandes os riscos de se criarem expectativas equivocadas com isso viabilizando o alcance dos objetivos.

“ a vivência intensa da realidade social e a convivência com as pessoas, promovidas pela extensão, permitem que os pesquisadores adquiram a sensibilidade e a acuidade de juízo indispensáveis para o bom exercício das atividades próprias das profissões jurídicas. ”

5. CONCLUSÃO

O Núcleo de Direitos Humanos da UFOP representa uma experiência em extensão universitária comprometida com uma verdadeira formação em Direito. A experiência do NDH-UFOP expressa-se em uma atividade de constante aprendizagem. Os pesquisadores extensionistas aprendem lições que nunca poderiam ser ensinadas dentro de uma sala de aula ou pela leitura de manuais. Por meio da extensão, compreende-se que a realidade, por ser, inevitavelmente complexa e imprevisível, transforma a atividade da descoberta do direito numa atividade essencialmente artesanal. Percebe-se que, para uma interpretação justa das leis, é

preciso, antes de tudo, compreender a realidade que o Direito ordena. Isto envolve a habilidade de saber ouvir as pessoas e compreender, a fundo, os problemas sociais. No meio acadêmico, somente a extensão é capaz de desenvolver a sensibilidade e o discernimento necessários para o desenvolvimento da capacidade de interpretação do ordenamento normativo, a partir de uma profunda compreensão do caso concreto.

A verdadeira atividade extensionista, como um reflexo da complexidade da realidade, suscita nos pesquisadores o conhecimento de como lidar com situações novas e resultados inesperados, inerentes às relações humanas. Tais situações também farão parte da vida dos estudantes de Direito, quando, mais tarde, estiverem no ofício da profissão.

Estabelecer uma nova atitude na formação jurídica parte da constatação da complexidade da realidade social, o que impossibilita a redução da extensão em Direito a ações previamente estabelecidas, correndo-se o risco de propor ações não verdadeiramente desejadas e justificadas pelos participantes. Nesse sentido, a atividade extensionista deve ser flexível, apta a se adequar às demandas e aos desafios do contexto social no qual está inserida. O NDH-UFOP, como exemplo de verdadeira experiência extensionista, objetiva transformar os direitos humanos em práticas comuns das comunidades, uma vez que a efetivação dos direitos humanos envolve, necessariamente, sua vivência no âmbito das relações sociais. Nesse sentido, o objetivo central do Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal de Ouro Preto é ensinar e aprender os direitos humanos, a partir do compromisso de viver esses direitos. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Alexandre Bernardino (Org.). A experiência da extensão universitária da Faculdade de Direito da UNB. Vol. 3. Brasília, 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 12. ed., Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.
- GRAU, Eros Roberto. Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do Direito. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- GROSSI, Paolo. Mitologias jurídicas da modernidade. Tradução de Arno Dal Ri Júnior. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de Sociologia e Filosofia do Direito. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. A universidade do século XXI. São Paulo: Cortez, 2004.
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ZYGMUNT, Bauman. Em busca da política. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro. Editor: Jorge Zahar, 2000.